

MÓDULO III

PLANO

PLURIANUAL

PPA



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

| TÍTULO | MÓDULO | |
|------------------------|--------|--------|
| | III | |
| | SEÇÃO | PÁGINA |
| PLANO PLURIANUAL - PPA | ÚNICA | 1/5 |

III – PLANO PLURIANUAL - PPA

O dispositivo da LRF que objetivava tratar do plano plurianual (art. 3º) foi vetado pelo Chefe do Poder Executivo Federal.

Todavia, visando abordar de maneira integral os instrumentos de planejamento governamental, optou-se por incluir neste documento referência ao mencionado plano.

Segundo o art. 165, § 1º, da Constituição Federal, cabe ao plano plurianual estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Por sua vez, a Lei Orgânica do Distrito Federal, ao dispor sobre o plano plurianual, em seu art. 149, § 2º, acrescenta que este deverá ser compatível com plano diretor de ordenamento territorial e apresentar quantificação física e financeira.

Portanto, o PPA é o instrumento de planejamento estratégico do Governo, para o horizonte de quatro anos. Elaborado no primeiro exercício do mandato do governo, entrará em vigor no ano seguinte, estendendo-se até o primeiro exercício do mandato subsequente.

Entre os objetivos do PPA, pode-se citar:

- definir e quantificar claramente as metas e prioridades da administração e os resultados almejados;
- desenvolver e aprimorar o planejamento, orçamento e gestão por programas em todos os órgãos da administração;
- relacionar, em programas, as ações que resultem em incremento de bens ou serviços que atendam demandas da sociedade;



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

| TÍTULO | MÓDULO | |
|------------------------|--------|--------|
| | III | |
| | SEÇÃO | PÁGINA |
| PLANO PLURIANUAL - PPA | ÚNICA | 2/5 |

- relacionar as ações a serem desenvolvidas com as estratégias de governo;
- estimular parcerias com entidades públicas e privadas na busca de fontes alternativas de recursos para o financiamento dos programas;
- dotar os administradores públicos de um sistema gerencial estruturado e atualizado, visando facilitar a tomada de decisões, corrigir desvios e direcionar a aplicação de recursos para o alcance dos resultados pretendidos;
- criar condições para avaliação e mensuração dos indicadores e dos efeitos destes sobre a realidade;
- desenvolver a administração, de forma a melhor definir responsabilidades, difundir a conscientização de custos, a melhoria contínua da qualidade e, sobretudo, o comprometimento com resultados;
- dar transparência à aplicação dos recursos e aos resultados obtidos.

Para melhor estruturação, o PPA deve ser constituído por Base Estratégica e Programas.

A Base Estratégica deve conter:

- análise da situação econômica e social atual – avaliação das potencialidades, oportunidades, vantagens, tendências e obstáculos, como embasamento para a definição do cenário almejado;
- estabelecimento das diretrizes, objetivos e prioridades – orientação estratégica acerca da seleção dos problemas sobre os quais o



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

| TÍTULO | MÓDULO | |
|------------------------|--------|--------|
| | III | |
| | SEÇÃO | PÁGINA |
| PLANO PLURIANUAL - PPA | ÚNICA | 3/5 |

Governo tem capacidade de atuação;

- previsão dos recursos disponíveis – compatibilização das metas com os recursos efetivamente disponíveis, sendo necessário, para tanto, o conhecimento acurado do custo das realizações a que se propõe;
- estabelecimento das diretrizes, objetivos e prioridades dos órgãos setoriais – ajuste dos objetivos e metas governamentais aos recursos, capacidade de execução, visão de futuro e desafios de cada área de atuação.

Segundo definição da Portaria nº 42/99, do ex-Ministério de Orçamento e Gestão, entende-se por Programa *“o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.”*

Trata-se, em essência, da conjugação de um conjunto articulado de ações e de recursos materiais e humanos, visando ao alcance de resultado que possibilite a solução de problema detectado ou o atendimento de demanda da sociedade. O alcance desse resultado pode ser avaliado pela evolução de indicadores específicos no período de execução do PPA. É o programa, portanto, que funciona como elo entre os instrumentos de planejamento governamental: PPA ⇒ LDO ⇒ LOA.

Os programas subdividem-se em quatro tipos:

- a) FINALÍSTICOS: visam solucionar problemas ou atender demandas da sociedade; resultam em bens ou serviços ofertados diretamente à população. Ex.: Toda Criança na Escola.
- b) APOIO ADMINISTRATIVO: colaboram para o alcance dos objetivos dos programas finalísticos; visam ao financiamento dos insumos que



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

| TÍTULO | MÓDULO | |
|------------------------|--------|--------|
| | III | |
| | SEÇÃO | PÁGINA |
| PLANO PLURIANUAL - PPA | ÚNICA | 4/5 |

não são passíveis de alocação direta aos demais tipos de programas. Ex.: Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

- c) SERVIÇOS AO ESTADO: destinam-se a atender demandas do próprio Governo.
- d) GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: destinam-se ao planejamento e formulação de políticas setoriais, coordenação e controle dos programas. Ex.: Gestão de Planejamento.

Decisão - TCDF nº 1602/2003

VII - recomendar à Secretaria de Fazenda e Planejamento que na elaboração dos próximos Planos Plurianuais: a) sejam especificados e detalhados todos os investimentos a serem feitos pelo governo; b) as diretrizes, os objetivos e as metas sejam estabelecidos por região administrativa, quantificados física e financeiramente e individualizadas por exercício financeiro, conforme estabelecido pelo § 2º do artigo 149 da LODE.

Decisão - TCDF nº 2055/2004

- as alterações do PPA devem ser procedidas por lei específica, nos termos do art. 149, § 1º, da Lei Orgânica do DF;
- determinou-se a inserção dos dados contidos nos anexos do PPA no Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO;
- recomendou-se a complementação das informações sobre "Indicadores" do PPA 2004/2007, por ano, uma vez que essa ausência prejudica as avaliações a que se refere o art. 8º da Lei n.º 3.157/2003, bem assim da eficiência, eficácia e economicidade da gestão governamental a cargo desta Casa.



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

| TÍTULO | MÓDULO | |
|------------------------|--------|--------|
| | III | |
| | SEÇÃO | PÁGINA |
| PLANO PLURIANUAL - PPA | ÚNICA | 5/5 |

Decisão - TCDF nº 6018/2005

II - alertar a Secretaria de Educação - SE e a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal - SEF para que, doravante: II.a. regulamentem no âmbito interno - através de ordem de serviço, resolução etc. - os procedimentos pertinentes à gestão fiscal responsável, bem como inclua, nos autos do processo de licitação, declaração do ordenador de despesa de que todo o valor a ser utilizado na licitação tem compatibilidade com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual - LOA, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 16, II;